

Os movimentos populares como fundamento da análise da consciência e realidade nacional em Álvaro Vieira Pinto

RESUMO

Neste artigo queremos propor a interpretação do pensamento de Álvaro Vieira Pinto em *Consciência e realidade nacional* desde uma chave de leitura que entende ser o filósofo nessa obra, fundamentalmente um intérprete (e um participante) do movimento de massas de caráter nacionalista do Brasil de sua época. Para tanto, construiremos o argumento a partir de seu próprio texto, remontando suas premissas e seu desenvolvimento, e também recuperando o engajamento deste autor com os movimentos populares de seu período histórico. Pensamos que nos tempos atuais, de intensificação da posição subalterna do Brasil no capitalismo mundial, o tema do nacionalismo enquanto potência revolucionária na periferia capitalista ganha importância.

PALAVRAS-CHAVE: Álvaro Vieira Pinto. Nacionalismo. Teoria da Revolução. Consciência e Realidade Nacional. Movimentos populares.

Iuri Michelin Barcat

Universidade Tecnológica
Federal do Paraná, Curitiba,
Paraná.

Willian Lepinski

Universidade Tecnológica
Federal do Paraná, Curitiba,
Paraná.

INTRODUÇÃO

Álvaro Vieira Pinto¹ é um dos mais importantes filósofos que o Brasil já produziu, ainda que seja – relativamente a este juízo – pouco conhecido no âmbito da produção teórica do seu país. Pensador prolífico, escreveu milhares de páginas abrangendo diferentes temas, tratando-os de maneira sistemática, metódica e persistente. Alguns dos principais temas examinados pelo autor são: a existência (*i.e.*, a ontologia), o trabalho², o conhecimento, a ciência, a técnica, a tecnologia, a cibernética, a demografia, a educação entre outros diversos assuntos. Contudo, não somente a versatilidade temática em sua obra é surpreendentemente unitária quanto aos seus fundamentos filosóficos, mas também surpreende a capacidade do autor em concatenar estes diversos tópicos de modo a produzir uma reflexão aprofundada em relação à realidade do subdesenvolvimento e aos problemas sociais da nação brasileira³.

Neste pequeno artigo, queremos contribuir com o debate acerca do tema específico da formulação a respeito da questão nacional e do nacionalismo no livro *Consciência e realidade nacional* (CRN), obra escrita enquanto fazia parte do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1960. Primeiramente, sugeriremos como chave de interpretação da obra a referência fundamental à existência concreta de movimentos populares de vertente nacionalista naquela realidade analisada pelo filósofo brasileiro. Esses movimentos populares conformam tanto o fato imediato e concreto do qual ele parte, empírico, sensível, visível etc., quanto o objeto por ele examinado ao longo de todo seu trabalho, ao menos segundo a concepção do próprio autor. Com efeito, dar a este fenômeno um envoltório conceitual, explicando-o, ao inseri-lo na totalidade objetiva da qual faz parte, é precisamente o objetivo de AVP nesta obra, e isso tentaremos também argumentar. Nossa argumentação não se restringirá, contudo, apenas a essa obra, pois recuperaremos em outros textos de AVP os fundamentos filosóficos que também estão presentes em CRN. Nas considerações finais faremos brevíssimas reflexões, apenas indicatórias, a respeito do problema do nacionalismo no que se refere à realidade nacional atual e às possibilidades que se abrem para a interpretação da questão a partir de AVP.

METODOLOGIA

Trabalharemos fundamentalmente com revisão bibliográfica, extraindo dos textos de AVP a sua própria argumentação e fundamentação. Contextualizaremos essa revisão com uma recuperação dos engajamentos de AVP aos movimentos populares da sua época, como a UNE e os movimentos do internacionalismo terceiro-mundista que surge a partir das lutas anti-coloniais. Também comentaremos seu alinhamento passado controverso, quando mais jovem, com o integralismo. Tendo em vista essa contextualização, o objetivo da revisão bibliográfica será o de expor os principais argumentos contidos em CRN que revelam a conexão orgânica entre o intelectual e os movimentos de massa. Esperamos, com isso, desvelar a natureza histórica de seu nacionalismo que nos

permite refletir não apenas sobre o passado do Brasil, como também sobre sua realidade atual.

Além do capítulo que recupera os engajamentos de AVP com movimentos populares de seu tempo, analisamos a visão contida em CRN da seguinte maneira: primeiro, discutimos o conceito de comunidade e sua relação com as classes sociais; depois, desdobramos da comunidade na sua forma histórica particular de nação; veremos, então, a especificidade da nação subdesenvolvida e a relação dessa situação com os movimentos populares nacionalistas presentes na cena histórica do Brasil dos anos 50 e 60; discutiremos, então, a visão de revolução presente em CRN, tendo em vista a articulação entre o nacionalismo e o internacionalismo. Por fim, discutiremos a atualidade do pensamento de AVP, sob o prisma da crítica à emergência contemporânea formas de nacionalismo inautêntico, em especial no contexto brasileiro.

OS MOVIMENTOS POPULARES E O PENSAMENTO DE ÁLVARO VIEIRA PINTO

Na metade do século XX a efervescência política que o Brasil e a América latina viviam enseja uma complexa realidade cuja compreensão se torna indispensável para qualquer grande autor contemporâneo à mesma. Uma leitura apressada, sem a preocupação de situá-las adequadamente em seu contexto, pode resultar em uma apreensão errônea das teorias então desenvolvidas. A filosofia de AVP sofreu inúmeras injustiças em razão dessa displicência: por exemplo, a sua breve ligação com o integralismo, ou mesmo com o ISEB, são indevidamente usadas para atacar o conteúdo de sua concepção nacionalista. Deste modo, ressaltamos a importância de situar o pensamento de AVP em seu contexto histórico. Nota-se que aqui não se pretende abarcar a trajetória biográfica do autor que já foi extensamente formulada em outros trabalhos (GONZATTO & MERKLE, 2016); concomitantemente não esperamos reduzir a filosofia de AVP a um mero reflexo de movimentos históricos, porém indicar — e, inclusive a partir desses — como a existência dos movimentos populares e sua organização massiva formam uma importante chave interpretativa a sua obra. Contudo, adverte-se que pelo próprio caráter filosófico de *Consciência e Realidade Nacional* o autor não faz referência explícita aos movimentos populares nacionalistas no Brasil ou em outros lugares, mas ao mesmo tempo visa fornecer uma interpretação para esses movimentos, que, na obra, são tanto os pressupostos como parte da motivação que o levaram a exercer tais reflexões.

Os ditos movimentos populares têm a sua origem no desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil, bem como na sua natureza dependente em razão da sua posição periférica frente à organização internacional do trabalho no referido modo de produção. O fenômeno das massas e do nacionalismo é um tema central ao longo de toda contemporaneidade de AVP, mas deve ser apreendido em seu dinamismo. Se, por um lado, ele foi breve partícipe do movimento integralista quando jovem, pelo outro o mesmo autor esteve engajado no ISEB da década de 1950 a ponto de ser obrigado ao exílio em 1964 pelo Golpe Militar que disputava, de forma inautêntica, a consciência das massas e o futuro da nação. Isso não era exclusividade brasileira, contudo. Internacionalmente, a situação colocava em discussão o caráter do nacionalismo farsesco com as ditaduras pró-imperialistas que se espalhavam no continente latino-americano, ao mesmo tempo em que os conflitos suscitavam a luta pela autêntica soberania nacional-popular, que a partir das revoluções anticoloniais e

terceiro-mundistas tornou uma expressiva quantidade países pela primeira vez independentes.

É nessa linha que a leitura da mobilização das massas populares na obra de AVP ganha uma dimensão incontornável. Assim, por exemplo, as contradições crescentes no campo se explicitam na luta pela terra e na formação das Ligas Camponesas nos anos 50, que assumem caráter potencialmente explosivo. Por outro lado, a recente industrialização brasileira dá origem e expansão ao operariado, acirrando os conflitos de classe na cidade. Começa-se a ver o operariado organizado, sobretudo, em sindicatos (por vezes de forma independente, mas posteriormente amplamente atrelados a estruturas institucionais do próprio Estado-nacional capitalista). Do ponto de vista da política partidária, também os temas da expressão popular e da nação são constantes. Nada é mais evidente, neste sentido, do que as teses do PCB no período e, que versavam sobre a necessidade da revolução brasileira explicitando-a como uma revolução nacional-popular, de veia democrática, anti-latifúndio (ao que corresponde a tese do feudalismo no Brasil) e anti-imperialista. Além do PCB, o engajamento popular toma a forma de organização massiva dos trabalhadores e ocupa o centro da própria política eleitoral institucionalizada com o PTB de Vargas e Goulart, onde havia uma expressa consciência nacionalista por parte de seus dirigentes quanto integrantes. Não obstante, os massivos movimentos populares ultrapassavam a política tradicional. O caráter político dos movimentos de massas também se exprimirá em vias até então inexistentes, como a organização dos setores estudantis que fundaram a UNE. Por sua vez, a própria atuação do AVP de 56 a 64 no ISEB faz parte desse cenário político, tendo em vista que o ISEB era financiado pelo Estado para pensar o desenvolvimento capitalista brasileiro.

Em uma realidade de capitalismo dependente em processo de industrialização, pode-se dizer que há uma conexão ambígua entre os movimentos populares e o projeto de desenvolvimento de um capitalismo autônomo no Brasil. São essas classes e esses movimentos (alguns dos quais mencionamos acima) que conformam os movimentos de massa de consciência nacionalista sobre os quais refletia AVP em CRN. Como veremos, seu objetivo era apreender a essência autêntica contida no complexo movimento nacionalista, vinculando-o essencialmente às necessidades das *classes trabalhadoras*. Desse modo, ele pretendia retirar destes movimentos, a partir dessa perspectiva, seu sentido histórico fundamental, as principais formas políticas do seu desenvolvimento e a direção para a qual deveria apontar para que as necessidades das massas pudessem ser satisfeitas:

A verdade sobre a situação nacional não pode derivar de uma inspeção externa feita por um clínico social, um historiador, um sociólogo ou um político, mesmo supondo-se geniais esses homens. Essa verdade só pode ser dita pela própria massa, pois não existe fora do sentir do povo, como uma proposição abstrata, lógica e fria. Não é uma verdade enunciada sobre o povo, mas pelo povo. É função da consciência que já atingiu, e da representação que faz de seus problemas. [...].Compreendemos, então, como se equivocam os que julgam que a consciência do desenvolvimento expressa numa ideologia, deve vir

decima, seja um artefato da especulação de uma elite intelectual que se pretende esclarecida, mesmo quando esta, com a melhor intenção e boa fé, imagina estar a serviço dos interesses populares. (VIEIRA PINTO, 1956, p. 32)

A forma de satisfação dessas necessidades seria, para o autor, o desenvolvimento nacional, que corresponderia, naquele momento, à constituição de um capitalismo nacional autônomo que escapasse do domínio tanto imperialista estadunidense e europeu quanto a um alinhamento automático com a União Soviética. Esse alinhamento de AVP com os movimentos terceiro-mundistas pode ser observado, inclusive, no fato de que AVP se exilou, primeiramente, na Iugoslávia, Estado-nação que liderava o Movimento dos Países Não-Alinhados (MNA), e depois no Chile, retornando ao Brasil na década de 70 (MERKLE; GONZATTO, 2016). Além de CRN e do seu papel no ISEB, a participação e o engajamento de AVP com estes movimentos podem ser observados no opúsculo *A questão da universidade* (1963), conferência oferecida para a UNE e depois transformada em livro, e na publicação dos *Cadernos do povo brasileiro*, para os quais o filósofo brasileiro contribuiu com o texto *Por que os ricos não fazem greve?* É neste contexto que se situa a análise contida em CRN e que pretendemos abordar pelo seu interior.

COMUNIDADE E CLASSES SOCIAIS

Na filosofia de AVP, o fundamento objetivo da constituição de comunidades humanas e de suas formas de consciência é a organização social do trabalho. Para o autor, “é o trabalho que nos revela o ser das coisas”, é ele (o trabalho) “a via de acesso à realidade. Por ele, o mundo se abre à consciência, e isso tanto mais perfeitamente quanto opera sobre partes cada vez mais amplas do real” (VIEIRA PINTO, 2020a, p. 66). Pela transformação objetiva dessa realidade o ser humano cria não somente novos objetos, que passam a povoar a sua realidade e a constituírem este “mundo” no qual vive, mas também as relações sociais no interior das quais ele atua e as suas ideias a respeito do mundo por ele mesmo produzido. Por isso, o ser humano não pode ser pensado fora do conjunto das relações sociais nas quais vive. Este conjunto – e aqui consideramos também as produções culturais, materiais e ideais – forma a comunidade.

A comunidade não é um todo homogêneo, mas é tão diferenciada quanto diferenciada for a própria atividade humana. Entretanto, uma forma particular de diferenciação deve ser brevemente abordada: a cisão da comunidade em grupos antagonizados pelas determinações sociais de suas necessidades econômicas. Em *Ciência e Existência*, AVP indica que, essencialmente, o ser humano é produtor de si mesmo, neste sentido pode-se considerá-lo também como um “bem de produção” (VIEIRA PINTO, 1985, p. 127). De modo genérico, “o homem produz a cultura por uma necessidade existencial, para se apropriar dela, pois é por meio dela que chega a postular as finalidades da sua ação” (VIEIRA PINTO, 1985, p. 126). Porém, está posta a possibilidade de que o ser humano se torne “um bem de produção não para si exclusivamente, mas para outro, e, portanto se converta em instrumento de utilização alheia [...] se estabelece um regime de convivência injusto e desumano” (VIEIRA PINTO, 1985, p. 126). Assim, “aparecem então nas comunidades sociais as desigualdades de função dos homens [...] Surgem então as classes sociais” (VIEIRA PINTO, 1985, p. 126). O fundamento objetivo das transformações das relações sociais é o próprio desenvolvimento da capacidade

humana de transformar a sua realidade, e as lutas sociais se organizam, fundamentalmente, a partir da forma pela qual a produção da existência é organizada desde sua essência, dada pelo trabalho. O fato de que um indivíduo humano se transforma em um instrumento de utilização alheia constitui o fenômeno da alienação em geral. Este indivíduo se torna meio de produção de uma cultura da qual não pode se apropriar, uma cultura que, pela sua essência – pelas necessidades sociais que resolve – não pertence a ele. Por outro lado, suas ações, nesse sentido, não têm como finalidade a reprodução de si próprio, mas a reprodução de finalidades alheias.

O que há que se ter aqui em mente é que para o próprio AVP a contradição entre as classes é a contradição última que produz os antagonismos sociais. Porém, em dada fase e localidade do desenvolvimento histórico, por si mesma ela não seria capaz de explicar uma determinada realidade nacional e suas formas de consciência.

A análise de AVP se desdobra, assim, em CRN, como reflexão sobre uma realidade concreta e determinada: a realidade nacional de seu período histórico. Os conceitos acima explicitados serão fundamentais para a discussão da realidade subdesenvolvida, porém só poderão ganhar força explicativa quando subordinados à existência efetiva dessa realidade, quando induzidos dessa realidade segundo a forma particular que ali possuem. É esse procedimento, que intenta realizar AVP em CRN, que queremos a seguir explicitar.

A COMUNIDADE COMO NAÇÃO

Devemos partir do pressuposto do qual inicia AVP: a comunidade tem, no período histórico por ele analisado, no qual vivia, a forma nacional. Ao discutir a categoria de totalidade, ele indica ser necessário considerar totalidades concretas, e não somente a totalidade como uma abstração genérica. “este modo de ver é que nos vai conduzir à ideia de nação como totalidade envolvente” (VIEIRA PINTO, 2020b, p. 131). Para AVP, a nação é a totalidade envolvente, pois, a seu ver, é ali que se encerra fundamentalmente o campo de possibilidades de sua atividade prática enquanto indivíduo social: é na nação que ele pode ser sujeito e é a nação que as massas podem produzir para si se assumirem o protagonismo histórico. Para o filósofo:

É fato, do qual não se pode abstrair, que a realidade histórica presente é a de um universo político dividido em nações. Estas, por variáveis que sejam em extensão e conteúdo físico, recortam no espaço áreas suficientemente delineadas para que se distribuam por elas todos os acontecimentos históricos, como eventos interiores a cada uma, ou de relação entre elas. A nação é historicamente um fato recente. É delimitada por um conjunto de peculiaridades que a tornam um envolvente, possuidor de modos de ser, atuais e virtuais, que se oferecem aos que nele habitam, como situações onde proceder às opções individuais. É um fundo comum de possibilidades, bastante amplo para servir de “mundo” a múltiplas liberdades, que aí realizarão existências diversificadas, mas todas elas dependentes desse fundamento coletivo, pois, das possibilidades a ele inerentes, derivam as que constituirão o

ser de cada um dos participantes desse particular espaço político [...] a nação veio a constituir-se historicamente como o quadro referencial mais vasto em que uma comunidade se reconhece formando uma unidade de sentimento e interesse (VIEIRA PINTO, 2020b, p. 144-145).

Porém, primeiramente, as relações sociais capitalistas mundializam seu fundamento econômico – e AVP é perfeitamente consciente disso – engendrando, de maneira progressiva, profundamente desigual e heterogênea, uma “comunidade” mundial efetiva, fundada no econômico, para além da arbitrariedade político-jurídica. Em segundo lugar, a nação “é produto histórico [...] não tem, por conseguinte, realidade ontológica imutável, não é produto necessário, arquétipo eterno, meta final de um processo absoluto” (VIEIRA PINTO, 2020b, p. 145). Por qual razão, então, devemos guardar a nação como totalidade de referência de maneira tão decidida, como faz AVP? Por que não seria essa asserção fundada apenas na subjetividade pessoal do autor, arbitrária?

Pensamos que essa pergunta só pode ser adequadamente respondida quando se considera o problema não de maneira genérica, mas a partir da concretude histórico-social da realidade brasileira na qual vivia AVP, em particular, a realidade de movimentos de massa que reivindicavam – com graus distintos de clareza e fortaleza de princípios – uma consciência nacionalista. E AVP dizia explicitamente:

em face de uma manifestação popular, não teria qualquer sentido afirmar que o povo errou. Cairíamos no velho preconceito aristocrático e primário de nos julgarmos portadores da verdade absoluta. O povo não erra, simplesmente pronuncia-se com o teor de compreensão que lhe é permitido ter nas circunstâncias em que existe (VIEIRA PINTO, 2020b, p. 115).

Essa passagem se liga ao centro de nossa argumentação neste texto: é a existência efetiva desse modo de ser da realidade nacional, que dela emerge e a respeito dela manifesta uma consciência, que serve de cerne racional para a totalidade da análise de Vieira Pinto em CRN. Localizado naquele período histórico e tendo essa realidade como referência, ele se lança à tarefa de interpretar filosoficamente a totalidade do desenvolvimento histórico da nação brasileira até então, de forma a explicar as razões da emergência de tal modo de consciência nacional, qual o fundamento real dessa forma de consciência e de que maneira ela tende para esse real, quais são seus princípios de atividade, para onde ela se dirige. O autor está *engajado* naquele movimento histórico, que o transcende enquanto indivíduo, e teoriza *a partir dele*, e não em oposição a ele, tendo como parâmetro qualquer teorização abstrata sobre a realidade social. Por isso, sua análise desse período histórico é também uma crítica imanente, em sentido teórico e prático, a estes movimentos. É precisamente nisto que consiste o trabalho filosófico de retirar destes movimentos sua essência e representá-la conscientemente.

A definição da nação enquanto produto histórico-social localizado material e geograficamente não se torna concreta senão quando se concebe a nação não como dado ou como possibilidade abstrata para as ações individuais, mas quando

ela é entendida como projeto de existência da própria comunidade. É precisamente por isso que AVP, a partir da existência dos movimentos populares de consciência nacionalista, pode fixar a nação como totalidade de referência sem que essa atitude seja arbitrária ou reificante: a nação é, antes de tudo, a totalidade de referência desses próprios movimentos formados pelas classes trabalhadoras. Esses movimentos são aqui um momento decisivo da reprodução social. Neles, passado, presente e futuro, realidade e consciência nacional, encontram uma síntese sociopolítica que exige interpretação, clareza e sentido. É claro que, uma vez que esses movimentos não eram de forma nenhuma perfeitamente homogêneos, as formulações de AVP se inserem como momentos desses próprios movimentos. Isto é, mais que apenas contexto genérico, o texto de AVP se apresenta como expressão concreta deste próprio movimento. O contexto aqui irrompe a partir da imanência do texto⁴, que exprime determinado modo de ser, então existente, em rigorosa forma filosófica. É exatamente neste sentido que essa obra de AVP constitui também importantíssimo registro histórico brasileiro.

Assim, diz: “a nação não existe como fato, mas como projeto. Não é o que no presente a comunidade é, mas o que pretende ser, entendendo-se a palavra ‘pretende’ em sentido literal, como [...] ‘tender antecipado’ para um estado real” (VIEIRA PINTO, 2020b, p. 201). Ele segue: “a nação resulta, pois, de um projeto da comunidade, posto em execução sob a forma de trabalho”, e, por isso, “a nação não é um dado do conhecimento intelectual, mas uma decisão da vontade social” (VIEIRA PINTO, 2020b, p. 202). Enquanto projeto, a nação é produto da atividade humana que faz da nação um ser social efetivo.

Se o processo de desenvolvimento nacional tem fundamentos materiais objetivos – como veremos a seguir – é somente quando os seres humanos que ali vivem tomam consciência, mediante o trabalho, de que são eles os produtores dessa realidade na qual se situam, que se pode falar verdadeiramente, para AVP, da formação de uma nação. A comunidade, assim, tomada a partir daqueles que a constituem desde o trabalho, ao tomar consciência de si própria, elabora sua própria ideologia, isto é, a compreensão intelectual sobre si própria que lhes aponta sua gênese, sua formação e seu devir. Quem, entretanto, produz essa ideologia, pois percebe a necessidade de constituir a nação enquanto tal, e qual é essa ideologia? Ora, justamente as “massas”, entendidas não como matéria amorfa, mas como força social tornada consciente de si própria. Diz Vieira Pinto (2020b, p. 203), a respeito do papel da classe trabalhadora na produção da realidade nacional:

[...] cabe à classe que desempenha a parte principal do trabalho da comunidade assumir o processo criador da ação, dirigindo as transformações que atendem aos seus interesses. A direção política do processo nacional cabe necessariamente à classe trabalhadora, pois somente ela, pelo esforço aplicado em produzir os bens indispensáveis à existência humana, está habilitada a conceber e realizar o projeto comunitário que efetivamente transforme a realidade, ou seja, dê origem ao ser futuro, original, da nação.

O nacionalismo aparece, enquanto ideologia incorporada pelos movimentos populares objetivamente existentes, como expressão ideal da forma que assumem suas necessidades em plano genérico, isto é, totalizante, o da própria comunidade. Não se tratava, para AVP, de deduzir, a partir de condições econômicas e sociológicas, uma teoria da revolução ideal e abstratamente, mas de identificar no plano social concreto as forças sociais que traziam consigo a possibilidade revolucionária e a natureza das possibilidades que essas forças carregavam consigo. Para entender as razões pelas quais os movimentos populares assumiam uma consciência nacionalista, devemos discutir a especificidade da nação subdesenvolvida.

A ESPECIFICIDADE DA NAÇÃO SUBDESENVOLVIDA E OS MOVIMENTOS POPULARES

Não se trata de qualquer comunidade nacional, mas de uma comunidade nacional em estado (dinâmico) de subdesenvolvimento, situada em um ponto de sua história em que se podia ver possibilidades da superação deste estado de coisas. Essa diferença já é delimitada no começo de CRN, quando AVP afirma que, naquele período histórico, nas nações imperialistas, a contradição principal é configurada pelos interesses de classe, enquanto que no país subdesenvolvido a contradição principal é representada por este estado de subdesenvolvimento, enquanto a contradição de classes se configura, neste caso, como contradição secundária (VIEIRA PINTO, 2020a).

O nacionalismo é entendido, por AVP, como ideologia de massas, e, mais especificamente, ele ainda aponta: “existe relação direta entre a participação do proletariado nas formas superiores de trabalho produtivo e a posse da consciência nacionalista” (VIEIRA PINTO, 2020b, p. 341). É este vínculo entre pensamento nacionalista e massas trabalhadoras que faz deste nacionalismo autêntico, enquanto que toda forma de nacionalismo que rompa esse vínculo e atue em prol dos interesses das classes hegemônicas é inautêntico (Ibidem). Ao longo de todo o livro o filósofo entretence as observações a respeito da realidade nacional, sempre tomada como totalidade de referência, com as classes sociais que se formam no seu interior e sua relação com o desenvolvimento mundial do capitalismo, principalmente as relações entre o imperialismo e as classes dominantes nacionais. Com efeito, é consciente, por exemplo, de que as classes proprietárias mais poderosas, pelos seus vínculos com o capital estrangeiro, são correias de transmissão do imperialismo no interior da nação subdesenvolvida. Por outro lado, também julgava possível uma “unidade tática, numa ordem paralela de interesses, das classes operárias e dos grupos patronais constituídos por formação nacional interna” (VIEIRA PINTO, 2020b, p. 341). Antes de tratarmos especificamente da posição política própria de AVP nesse livro, queremos recuperar a sua análise interpretativa, naquilo que é essencial, que delinea os contornos específicos da nação subdesenvolvida e que o leva a suas formulações políticas. A totalidade à qual devemos fazer referência aqui é a chamada “relação de dominação” (VIEIRA PINTO, 2020b, p. 372):

Se a minha realidade nacional não existe excluída de todo, antes é elemento de um conjunto maior, oferece base para apreender a totalidade mundial porque nela incide toda a

trama de relações em que precisamente o todo consiste. Minha circunstância nacional só é parte porque um todo mais extenso a envolve, a absorve, a determina, porque as relações que configuram a totalidade mundial nela estão presentes para fazer dela parte daquele todo. Se assim não fosse, se a totalidade não estivesse presente no particular, este não lhe pertenceria. De fato, a totalidade não tem existência à parte das partes, nem é algo que se apreenda apenas segundo uma perspectiva preferencial [...] A totalidade não se define pela soma das partes, mas pela presença em todas do mesmo princípio racional configurador [...] O país imperante, tendendo candidamente a considerar a história como produto de seu esforço, é levado a crer que as comunidades atrasadas e dependentes são a matéria normal que lhe é ofertada para o exercício do domínio. A totalidade aparece-lhe, portanto, configurada pelo que chamará de "princípio de dominação", o qual, no caso, funciona a favor dele.

Essa relação fundamenta, portanto, não apenas a existência da realidade subdesenvolvida, mas também da realidade das nações de economia imperialista. O binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento só pode ser entendido racionalmente a partir dessa relação. O movimento que aqui descreveremos sumariamente atravessa a totalidade dessa obra de AVP. Primeiramente, há a situação originária, a saber, a mais pura colonialidade, situação na qual a realidade nacional é praticamente inexistente, dado que é reflexa das finalidades metropolitanas, o que também se expressa nas formas de consciência dessa realidade. O movimento dialético aqui desdobrado na interpretação do autor é o seguinte: o desenvolvimento econômico das metrópoles se realiza pela mediação da exploração cada vez mais intensa e extensa das regiões colonizadas. Contraditoriamente, isso infunde nessas regiões um desenvolvimento das suas próprias relações sociais e modos de produção de vida, germinando ali uma consciência de sua diferença em relação à metrópole. Vieira Pinto (2020b, p. 308) indica, por exemplo, que "na fase colonial, o nacionalismo se define pela defesa da forma nacional", neste nacionalismo preponderaria o aspecto jurídico, o caráter emocional, romântico, literário e subjetivo da apreensão da realidade nacional e seria representado fundamentalmente pelas elites. Aqui, na fase colonial, não pode haver movimento de massa no sentido delineado por AVP. A massa não pode existir em uma condição social universalmente amorfa, como se apresenta a situação no período colonial: "nas formas primitivas de labor não há massa trabalhadora, porque a natureza e o regime de produção a que se entregam não permitem a formação de uma consciência coletiva" (VIEIRA PINTO, 2020a, p. 133).

Neste momento, para o autor, o nacionalismo só pode ser fundado em perspectivas impressionistas do "ser nacional". Porém, o desenvolvimento dos modos de produzir na nação (portanto também a complexificação das relações sociais) – que primeiramente emerge como reflexo da maior exploração da colônia pela metrópole – produz a alteração dessa circunstância. É a partir de então que se pode compreender o conceito de **massa** em AVP (e, portanto, de movimento de massa). O filósofo diz: "de fato, o surgimento da massa é o grande acontecimento da fase do processo nacional que estamos vivendo. É ela a novidade histórica, o 'novo' como manifestação da realidade" (VIEIRA PINTO, 2020a, p. 139). O surgimento da massa significa, em Vieira Pinto, a eclosão do

povo como protagonista consciente da sua própria história. A nacionalidade “**não é a coloração da consciência pelo sentimento nativista**” (VIEIRA PINTO, 2020b, p. 404, grifos nossos), mas é uma característica “conquistada por força das transformações objetivas que operou, de possuir capacidade de conferir sentido, por si própria, às coisas e relações que lhe dizem respeito” (Ibidem). Nada mais longe de AVP, dessa forma, do que qualquer reificação a respeito do nacionalismo. Era o nacionalismo concretamente portado pelas massas trabalhadoras naquele momento histórico determinado que fundamentava sua reflexão, não a sua paixão pessoal pelo Brasil. Muito menos se tratava de deduzir abstratamente o nacionalismo como derivação lógica necessária do subdesenvolvimento em geral. Essa tese não comparece em AVP em nenhum momento dos seus escritos, sequer em CRN.

O movimento de massas é o novo na realidade brasileira daquele momento histórico em duplo sentido: por um lado, era novo o surgimento de um movimento popular orientado por uma consciência mais ou menos comum que o direciona no sentido de se tornar sujeito de seu próprio destino, a partir da autopercepção que emerge do seu embate com as relações de dominação externas que se apresentam. Essa é uma realidade específica das nações subdesenvolvidas, de passado colonial. A possibilidade de que as classes trabalhadoras vejam, pela mediação do nacionalismo, a si próprias como sujeitos de sua história, está posta a partir dessa especificidade, não existente na realidade das economias imperialistas. É verdade que em CRN Vieira Pinto defendia explicitamente que a revolução brasileira deveria, primeiramente, desenvolver as potencialidades contidas em um desdobramento de um capitalismo autóctone e não mais dependente. Porém, as características desse processo revolucionário apontariam para contradições mais profundas, aquelas existentes entre as classes sociais tanto no plano nacional quanto – decisivamente – no plano internacional. Como veremos a seguir, afirmar este sentido da revolução era parte importante do pensamento de AVP em CRN.

Pelo outro lado, a massa era novidade histórica, pois trazia em seu bojo a capacidade de produzir algo radicalmente novo na realidade nacional, de fazer com que virtualidades que não se realizariam de outra forma pudessem se tornar atualidades. Somente a massa, atuando em função das suas necessidades enquanto classe trabalhadora, poderia intensificar e expandir os campos de possibilidade existentes para a vida da grande maioria da população no interior daquele território e daquela sociedade. Fazer do processo de desenvolvimento um **projeto** de construção da nação. A explosão do movimento de massas de consciência nacionalista é a explosão de um sujeito na cena histórica. O movimento tem a si próprio – a sua comunidade objetivamente existente – como referencial, sua consciência a respeito de si aponta para essa existência na sua totalidade e, por isso, por articular apreensão da totalidade com transformação da realidade, é consciência crítica vitalizada por uma existência autêntica, a saber, que rompe com a alienação a que estava submetida quando era subtraída de sua possibilidade subjetiva pela dominação externa.

É este movimento que AVP quer interpretar (o que já indica sua posição enquanto sujeito histórico concreto): sua gênese histórica, seu desenvolvimento e para onde ele apontava. Enquanto filósofo sua tarefa autoimposta era a de interpretar a emergência deste fato objetivo na cena nacional, enquanto

momento particular do próprio movimento, incrementar seu grau de clareza a respeito de si próprio.

Sob outro aspecto: a especificidade do país subdesenvolvido engendrava as condições para que um movimento de massas nacionalista se constituísse, para AVP, como a **forma mediadora da luta do proletariado** em determinado período histórico. Por mais que o autor se recusasse especular nesse sentido, por entender que as condições concretas ainda não estavam dadas, parece-nos inegável que este era seu horizonte estratégico (e suas obras subsequentes deixam isso ainda mais evidente), ainda que, naquele momento particular, julgasse que a revolução brasileira não poderia, imediatamente, suprimir as relações de produção capitalistas. A superação da relação de dominação externa representaria, sem dúvida, um movimento em direção à supressão da alienação, mas não seria suficiente para realizar a supressão da alienação enquanto tal, algo que somente o socialismo poderia realizar. Contudo, em AVP, esses dois momentos estão intimamente articulados. Na seção seguinte, queremos examinar essa característica internacionalista do nacionalismo defendido por AVP e a relação que este aspecto guarda com a superação do próprio capital.

A PERSPECTIVA DA REVOLUÇÃO NO AVP DE CRN: NACIONALISMO E INTERNACIONALISMO

Em primeiro lugar, cabe expor o que era a revolução brasileira na visão do AVP daquele momento histórico. Quanto a isso, ele é explícito: AVP defendia uma revolução nacional, sustentada, realizada e orientada pelas massas, de forma política democrática (com primazia dos princípios nacionalistas sustentados pela massa e suas organizações), que desenvolvesse as forças produtivas potenciais da nação, atravancadas pela sua inserção regressiva na divisão internacional do trabalho formada pelo desenvolvimento capitalista⁵. Isso não significa que ele borrasse inteiramente as diferenças entre as classes sociais – ao contrário, as menções a essas contradições são múltiplas ao longo de toda a obra – mas significa que ele entendia que essa contradição só poderia ser solucionada mais adiante, até pela necessidade prática de contar com alguns elementos da burguesia nacional que pudessem ingressar no projeto nacionalista das massas. Os limites impostos por AVP, a saber, a nação como totalidade de referência, também têm aí sua raiz: o projeto político por ele antevisto como (então) possível só poderia se dar no interior dos limites do próprio Estado Nacional. Esses limites não são apenas negativos, uma vez que também constituem as margens no interior das quais a potência de sua reflexão, com tudo aquilo que lhe é própria, pode ter vazão.

Se estes limites eram os limites objetivos das possibilidades existentes para o próprio movimento de massas ou se havia a possibilidade de um salto qualitativo que apontasse para uma solução de caráter não etapista, isto é, que apontasse para o conteúdo imediatamente socialista da revolução nacional – o que passaria também pela atuação dos intelectuais em defender esse sentido da revolução – é questão a ser debatida. E se trata de uma questão que é realmente muito debatida. De nossa parte, seguimos a linha de interpretação desenvolvida pelos teóricos da Teoria Marxista da Dependência, especialmente Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, cuja crítica econômica e sociológica apontava para os problemas que se colocavam à revolução nacional

anti-imperialista, anti-latifundiária e que, supostamente, tornaria possível o desenvolvimento de um capitalismo autóctone no Brasil e na América Latina. Mas seria leviano reduzir, tantos anos depois, a efetividade concreta daquele momento histórico a algumas abstrações gerais, isto é, retirar absolutamente o caráter de **possibilidade histórica** da solução defendida, naquele momento particular, por exemplo, por Álvaro Vieira Pinto, somente porque ela foi derrotada. Ademais, é de se questionar se havia realmente a possibilidade de que aqueles movimentos de massas pudessem se tornar essencialmente socialistas senão no interior das próprias lutas de classes que acabaram tendo como desfecho a vitória da reação. Fato é que AVP interpretava que esses eram os limites objetivos e subjetivos destes movimentos, ambos historicamente determinados, e explicitamente não se punha a fazer reflexões sobre a superação ulterior das comunidades subdivididas em nações e nem mesmo sobre as lutas de classes no interior da nação pós-revolucionária. Não obstante, afirmava – talvez de maneira apenas otimista – que o fato de a revolução nacional ser somente realizável como projeto das massas que tomam consciência de si como produtoras de sua realidade a partir do trabalho, agiria de forma a impedir a degeneração ulterior da revolução.

Por mais que CRN seja fundamentalmente uma peça de validação desses movimentos nacionalistas, de fundamentação de sua gênese, desenvolvimento e sentido históricos, de delineamento de seus princípios e de criação de uma clareza formal a seu próprio respeito, é necessário ao menos apontar – como o fez Roux (1990) – que a perspectiva nacionalista de AVP era imanentemente internacionalista. Não apenas porque as suas asserções poderiam ser, com algum cuidado, generalizadas para um grande número de países que passavam por situações similares às do Brasil, mas também porque o próprio Vieira Pinto o diz “concebido ao término de sua missão histórica, o nacionalismo se revela uma forma de integração internacional, identificando-se dialeticamente ao internacionalismo”. (VIEIRA PINTO, 2020b, p. 512). Na verdade, até mais do que apenas um concerto das nações periféricas contra o imperialismo, ele antevia que a “solidariedade internacional do proletariado” (VIEIRA PINTO, 2020b, p. 509) só poderia ser atingida – no plano dessas nações – por meio de suas revoluções nacionais. Para AVP, apenas nas nações desenvolvidas a solidariedade entre os membros do proletariado era realmente possível, enquanto que nas nações dominadas a sua libertação do jugo externo seria momento necessário de um processo socialista ulterior (por mais que evitasse esse termo, para não confundir esse processo com aquele que se desdobrava em outras regiões, especialmente a URSS). Não é demais mencionar que isso coloca AVP em uma perspectiva, no que se refere ao socialismo, essencialmente internacionalista, ainda que enfatizasse a necessidade de se realizar esse internacionalismo, na sua visão, por meio dos nacionalismos de libertação do subdesenvolvimento. Nesse sentido, essa e outras observações do autor ao longo de seu texto indicam que a aliança com parte da burguesia nacional era entendida claramente em sentido tático e que o desenvolvimento do capitalismo nacional não constituiria fim em si mesmo, ainda que figurasse como objetivo político imediato. Para concluir esse breve texto, queremos recuperar o que desenvolvemos acima sobre o pensamento de AVP para indicar algumas linhas de reflexão a respeito das relações entre consciência e realidade nacional em nossa contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração de AVP em CRN está fincada na existência de massivos movimentos populares de consciência nacionalista que faziam parte do contexto político do Brasil como nação subdesenvolvida em processo de desenvolvimento capitalista, bem como na sua própria participação ativa nesses movimentos. A oposição entre a nação subdesenvolvida e as nações imperialistas que a subjagam configura a contradição central por ele analisada. Por outro lado, a leitura que o autor faz de sua realidade está fundada em uma filosofia claramente exposta em seus fundamentos, a saber, a comunidade humana é construída a partir do trabalho comum da realidade. Por isso, qualquer nacionalismo só pode ser autêntico na medida em que seja fundado na existência concreta das massas trabalhadoras. Somente enquanto expressão dos anseios e das necessidades dessas massas, organizadas politicamente e em movimento, ele é autêntico.

Atualmente, observa-se um crescimento daquilo que AVP entenderia como um nacionalismo inautêntico, melhor representado recentemente na figura do bolsonarismo. Com discurso repleto de uma tonalidade nativista, ele não representa mais que os interesses das classes dominantes, que, por sua vez, são uma correia de transmissão dos interesses imperialistas, considere-se a classe dos latifundiários, frações do capital comercial e o assim chamado setor financeiro. A recuperação da discussão crítica de AVP coloca-se, neste ponto, como um instrumento possível de combate a ser empregado pelos movimentos populares, a partir da denúncia do caráter farsesco deste nacionalismo que tenta, pelo discurso, aglomerar também setores atomizados e desorganizados da população trabalhadora. Por outro lado, na medida em que o Brasil permanece um país subdesenvolvido – e em situação talvez até mais drástica de dominação do que na década de 60 –, a questão nacional ainda configura de modo central os conflitos econômicos, políticos e sociais de nossa época.

Assim, o desenvolvimento filosófico legado por AVP, desde seus aspectos analíticos até seus momentos propositivos, pode se constituir em importante massa crítica para nos orientar nas águas turbulentas do capitalismo contemporâneo.

Popular Movements as the foundation of Vieira Pinto's analysis of the national consciousness and reality

ABSTRACT

In this article we propose to interpret Alvaro Vieira Pinto's thought in *Consciência e Realidade Nacional* by taking the philosopher to be, in this text, fundamentally an interpreter (and a participant) of the mass movement of nationalist character existent in the Brazil of his days. For that we build the argument from his own text, rebuilding his premisses and their development. We think that in our times, of intensification of the subaltern position of Brazil in global capitalism, nationalism as a revolutionary force in the capitalist periphery is an ever more relevant theme. Vieira Pinto's philosophy, by its token, at the same time gives us valuable instruments for the interpretation of our reality and simultaneously gives us an important support for the interpretation of Brazil's historical development.

KEYWORDS: Álvaro Vieira Pinto. Nationalism. Theory of revolution. *Consciência e Realidade Nacional*. Popular Movements.

REFERÊNCIAS

- CORTÊS, Norma. **Esperança e democracia**: as idéias de Álvaro Vieira Pinto. Rio de Janeiro: Iuperj; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- FREITAS, Marcos Cezar de. **Álvaro Vieira Pinto**: a personagem histórica e sua trama. São Paulo: Cortez, 1998.
- FREITAS, Marcos Cezar de. O conceito de tecnologia: o quarto quadrante do círculo de Álvaro Vieira Pinto. In: _____ **O Conceito de Tecnologia**. v. 1. p. 1-25. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- GONZATTO, R.; MERKLE, L. Vida e obra de Álvaro Vieira Pinto: um levantamento biobibliográfico. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n. 69, p. 286-310, set. 2016.
- ROUX, Jorge. **Álvaro Vieira Pinto**: nacionalismo e terceiro mundo. São Paulo: Cortez, 1990.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e realidade nacional**: a consciência ingênua. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020a.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e realidade nacional**: a consciência crítica. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020b.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Por que os ricos não fazem greve?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

Recebido: 19/08/2022

Aprovado: 14/08/2023

DOI: 10.3895/rts.v19n57.15862

Como citar:

BARCAT, I. M.; LEPINSKI, W. Os movimentos populares como fundamento da análise da Consciência e Realidade Nacional em Álvaro Vieira Pinto

Rev. Tecnol. Soc., Curitiba, v. 19, n. 57, p. 400-404, jul./set., 2023. Disponível em:

<https://periodicos.utpr.edu.br/rts/article/view/15862>

Acesso em: XXX.

Correspondência:

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.



¹ A partir desse momento em diante também utilizaremos a sigla AVP para nos referirmos ao autor.

² Freitas (2005, p. 1), em introdução à obra “O conceito de tecnologia” de Vieira Pinto (dois tomos totalizando mais de 1400 páginas), analisava: “quando encontramos um texto de Vieira Pinto e o trazemos à luz do dia percebemos que toda sua obra obedeceu a uma lógica de construção argumentativa contínua e complementar, a qual, vista em seu conjunto, revela o paciente esforço dedicado à construção solitária de um portentoso projeto: enunciar o alcance antropológico e também antropomórfico do conceito de ‘trabalho’”.

³ Para uma síntese da vida e obra de Álvaro Vieira Pinto (incluindo a dificuldade em vê-la publicada), ver Gonzatto e Merkle (2016). Também o livro de Marcos Cezar de Freitas (1998).

⁴ Norma Cortês (2003, p. 91-93) discute, à sua maneira, a interpretação do texto de AVP e a relação com o contexto.

⁵ “Na radical divergência de interesses entre o capital de origem nacional e o de proveniência exterior, está a encruzilhada que se abre diante da economia brasileira. A consciência crítica da revolução nacional consiste em dominar as leis do processo substituidor do capital externo pelo autóctone, e levá-las à prática, com a certeza de estar progredindo segundo as linhas de ação do desenvolvimento histórico do país [...] É consenso geral dos sociólogos e economias mais lúcidos, que o conteúdo objetivo dessa revolução consiste, no presente momento, no fortalecimento dos aspectos positivos do capitalismo nacional [...] A possibilidade de instaurar-se um capitalismo nacional vigoroso com base na iniciativa pioneira do Estado em cuja posse devem permanecer a produção e a distribuição de todas as formas de energia, e no emprego do capital de origem interna, existe concretamente” (VIEIRA PINTO, 2020a, p. 161-162).